

# O xadrez do licenciamento ambiental



» MALU RIBEIRO  
Diretora de políticas públicas da  
Fundação SOS Mata Atlântica

agora, a porta para os retrocessos que haviam sido barrados pelos vetos presidenciais. A estratégia dos que enxergam o licenciamento apenas como uma barreira burocrática a ser vencida é justamente reinserir, por meio de emendas à Medida Provisória nº 1.308/2025, tudo aquilo que foi retirado pelos vetos presidenciais.

Editada logo após a sanção, a MP instituiu a Licença Ambiental Especial (LAE), com vigência imediata para obras classificadas como estratégicas. Cabe ao Poder Executivo, por decreto e proposta do Conselho do Governo, definir quais atividades receberão essa classificação. Esses projetos passam então a ter prioridade na análise dos órgãos ambientais, com prazo máximo de um ano, ainda que submetidos a requisitos como o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Na prática, a medida abre margem para que decisões políticas prevaleçam na definição das prioridades ambientais.

O problema se agrava diante do número crescente de emendas apresentadas à MP: já são mais de 800, algumas com potencial de fragilizar ainda mais a proteção ambiental. Duas delas voltam a atacar diretamente a Lei da Mata Atlântica ao facilitar o desmatamento e autorizar a supressão de vegetação sem a anuência do Ibama justamente nas matas primárias — hoje, restritas a 12% da cobertura florestal original do bioma. Essa flexibilização representa riscos diretos e irreversíveis, que podem elevar o desmatamento a patamares anteriores à Lei da Mata Atlântica, sancionada em 2006, quando o patamar era de 110 mil hectares ano.

Enquanto isso, nesse xadrez da política nacional, uma grande parcela da sociedade, representada por uma petição com um milhão de assinaturas, defende a manutenção dos vetos presidenciais e busca conter retrocessos no Congresso. Do outro lado, aumentam as negociações de bastidores que podem comprometer ainda mais a qualidade da legislação e re-colocar os dispositivos vetados, considerados nocivos ao interesse público.

O arranjo de medida provisória e projeto de lei, criado para conter os danos mais graves da nova lei, pode acabar trazendo insegurança jurídica, caso os vetos derrubados ou trechos vetados sejam reapresentados em outros instrumentos. Em vez de oferecer previsibilidade, as flexibilizações inseridas nesses mecanismos tendem a provocar judicialização, incertezas e conflitos, tanto para empreendedores quanto para órgãos licenciadores. O resultado provável será o oposto da prometida desburocratização: um emaranhado jurídico que abre novas brechas para disputas.

No ano da COP30, em Belém, o Brasil quer se apresentar como liderança climática e anfitrião de debates globais sobre biodiversidade e transição justa, pretensão incompatível com a reabertura de facilidades para o desmatamento e o enfraquecimento de direitos socioambientais. Para que essa liderança seja legítima, é preciso coerência e compromisso real. É fundamental que o licenciamento ambiental deixe de ser visto como mero rito burocrático e se afirme como a espinha dorsal do desenvolvimento sustentável, ético e de uma economia que protege biomas, vidas e o futuro do país.

Maurenilson Freire



## Febre de matemática



» MOZART NEVES RAMOS  
Titular da Cátedra Sérgio  
Henrique Ferreira do Instituto de  
Estudos Avançados da USP  
de Ribeirão Preto

elaboraram um documento propondo que o PNE valorize o ensino e a aprendizagem de matemática. Na versão que se encontra em discussão no Congresso Nacional, percebe-se uma total falta de menção a esse desafio da educação brasileira.

O Ministério da Educação (MEC) reconhece esse caráter de urgência, pois sabe que isso traz impactos no desenvolvimento social e econômico — que se traduz, entre outras coisas, na queda do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Por isso, acaba de lançar o Compromisso Nacional Toda Matemática, um programa cujo objetivo é desenvolver ações capazes de promover um ensino de qualidade e uma efetiva melhora no desempenho acadêmico dos alunos na disciplina.

Para reforçar essa iniciativa, o país poderia se inspirar na Olimpíada Brasileira de Matemática (OBM), tão bem idealizada e coordenada pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa). Trata-se de uma iniciativa consagrada em nosso país, que conta com o apoio da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM), do governo federal e de entidades da sociedade civil. Ao longo dos anos, ela vem promovendo o desenvolvimento do raciocínio lógico e a capacidade de resolução de problemas entre os nossos estudantes, e descobrindo jovens talentos no campo da matemática.

É preciso juntar esforços e sinergia para que o Brasil tenha capacidade de gerar escala nesse processo de fazer com que cada vez mais alunos tenham gosto pela matemática. Sabe-se que isso passa, necessariamente, pela formação do professor, tanto a inicial quanto a continuada. Se não mudarmos principalmente a formação

inicial, não vamos ter êxito, e isso passa também pelas nossas universidades. É preciso compreender que não basta dominar os conteúdos, mas é preciso saber como ensiná-los. Em outras palavras, isso passa pela formação pedagógica de nossos professores — uma formação que dialogue com a prática da sala de aula.

Nesse sentido, foi muito importante a participação da professora Jo Boaler, da Universidade de Stanford (EUA), idealizadora da abordagem Mentalidades Matemáticas no evento “Como a Matemática vai incluir o Brasil na economia digital”, promovido pelas instituições B3 Social, Instituto Sidarta, Fundação Itaú e Iede. Segundo ela, é preciso estabelecer uma mudança cultural e de mentalidade que inclua, entre outras coisas: a educação matemática deve ser conectada à realidade dos alunos e ao contexto socioeconômico; é necessário transformar a forma como a matemática é comunicada; alterar a percepção das pessoas sobre si mesmas e sobre a disciplina; a mudança de mentalidade dos alunos começa com a mudança na forma de ensinar; as crianças precisam acreditar que podem ser boas em matemática; mudar o foco do ensino, preocupando-se não apenas em como ensinar, mas em descobrir como os alunos se sentem em relação à matemática.

Por fim, o Brasil poderia copiar a Coreia do Sul, que, para mudar o eixo da prioridade pela educação, estabeleceu o slogan “Febre da Educação” — como estratégia de mobilização social. O Brasil poderia lançar uma Febre de Matemática para virar esse quadro desafiador da matemática em nosso país.

### Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) //  
circecunha.dj@dabr.com.br



## INSS e a casa da Mãe Joana

Pelo que se tem apurado, até aqui, o rombo provocado pelos descontos criminosos aos aposentados chega a cifra dos bilhões. Sem dúvida, uma fortuna que ainda faz muita diferença nas mãos daqueles de direito. Nesse mais um escândalo do nosso país, temos que até mesmo idosos não foram poupados da sanha do banditismo. Mãos aos alto, vovós e vovozinhas.

Quando se fala em um rombo da ordem do montante estimado na fraude do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), não se trata apenas de cifras, mas do destino de milhões de vidas que dependem diretamente da aposentadoria para sobreviver. O país que já naturalizou escândalos de corrupção, desvios e má gestão agora assiste a um dos crimes mais perversos: atacar os mais vulneráveis, aqueles que trabalharam uma vida inteira e, hoje, deveriam colher algum amparo. Mais grave ainda é perceber como essa suspeita sobre o INSS fere de morte a confiança em uma instituição central para a seguridade social brasileira.

Se confirmada a participação direta ou indireta do órgão, o escândalo deixa de ser apenas contábil e passa a ser um crime do próprio Estado, que se volta contra os próprios idosos rompendo qualquer pacto de ética social. O bom desse mais novo enredo é que a CPMI sobre o caso vai fazendo seus estragos e adianta o pedido de prisão preventiva contra 21 nomes ligados ao esquema. Como não podia deixar de ser, o nome de cada personagem dessa novela brasileira é espetacular.

Membros da CPMI já suspeitam que, se os trabalhos da comissão for nesse embalo, ela pode acabar com quase 500 pessoas presas ou com mandatos de prisão. O elenco é grande. A maioria ligada diretamente ao INSS. Esse rio mal cheiroso parece vir de dentro da Previdência, mas notícia-se ter também sua nascente dentro do próprio ministério. É a ação deletéria da política sobre a máquina pública do Estado. Na verdade, o Brasil estatizou até a política ao oferecer bilionários Fundos Partidários e eleitorais e ainda permitir que bancadas partidárias inteiras se sentem à mesa do banquete onde o Estado é servido como acepipe.

A CPMI que hoje se desenrola em Brasília não poderia vir em momento mais simbólico: praticamente um ano antes das próximas eleições, quando o país inteiro se encontra em clima de disputa política. O que a apuração tem mostrado, até agora, é que não se trata de um crime difuso ou sem rosto. Há indícios claros de paternidade: os esquemas teriam sido gestados ao longo de governos em conluio com estruturas tradicionais de poder, como sindicatos, associações de classe e federações. Esses braços políticos, historicamente usados para sustentar projetos partidários, aparecem agora como engrenagens de uma máquina de desvio, funcionando na sombra sob a justificativa da “defesa dos trabalhadores”.

Essa ligação levanta uma contradição gritante. Aqueles que se apresentavam como defensores dos mais humildes, dos aposentados, dos que “construíram o Brasil” podem ter sido os mesmos que traíram a confiança dessa base social. A CPMI, portanto, não investiga apenas um rombo financeiro: investiga a hipocrisia de um discurso que se alimentou até da vulnerabilidade dos idosos.

O momento político amplia ainda mais a gravidade. A revelação de que sindicatos e entidades ligadas ao espectro da esquerda participaram, direta ou indiretamente, desse sistema de saque pode se transformar em um terremoto eleitoral. A narrativa de proteção social, que sempre foi bandeira desse campo político, pode ruir diante da constatação de que, na prática, o que houve foi um ataque direto ao bolso e à dignidade dos aposentados. Fosse deixado apenas ao escrutínio dos aposentados, 2026 poderá ser a pá de cal na cova de certas lendas.

### A frase que foi pronunciada:

“Vamos retomar a política de valorização permanente do salário mínimo. E estejam certos de que vamos acabar, mais uma vez, com a vergonhosa fila do INSS, outra injustiça restabelecida nesses tempos de destruição. Vamos dialogar, de forma tripartite — governo, centrais sindicais e empresariais — sobre uma nova legislação trabalhista. Garantir a liberdade de empreender, ao lado da proteção social, é um grande desafio nos tempos de hoje.”

Lula, no discurso de posse de 1º janeiro de 2023.

### História de Brasília

Só nas proximidades de Brasília poderia acontecer isto. O Restaurante Geraldo, de Nova Flórida, contratou um salário mínimo um funcionário que tem, no registro de empregados, a profissão de caçador. Recebeu uma espingarda, sai de madrugada e volta à tarde trazendo a caça para o preparo do almoço da freguesia. (Publicada em 9/5/1962)